

A cobertura da China na imprensa moçambicana: Repercussões para o *soft power* chinês

Sérgio Chichava, Lara Côrtes & Aslak Orre

Cadernos IESE N.º 16/2015

“Cadernos IESE”

Edição do Conselho Científico do IESE

A Coleção “Cadernos IESE” publica artigos de investigadores permanentes e associados do IESE no quadro geral dos projectos de investigação do Instituto.

Esta colecção substitui as anteriores Coleções de Working Papers e Discussion Papers do IESE, que foram descontinuadas a partir de 2010.

As opiniões expressas através dos artigos publicados nesta Coleção são da responsabilidade dos seus autores e não reflectem nenhuma posição formal e institucional do IESE sobre os temas tratados.

Os Cadernos IESE podem ser descarregados gratuitamente em versão electrónica a partir do endereço www.iese.ac.mz.

“Cadernos IESE”

Edited by IESE’s Scientific Council

The Collection “Cadernos IESE” publishes papers, written by IESE’s permanent and associated researchers, and which report on issues that fall within the broad umbrella of IESE’s research programme.

This collection replaces the previous two collections, Working Papers and Discussion Papers, which have been discontinued from 2010.

The individual authors of each paper published as “Cadernos IESE” bear full responsibility for the content of their papers, which may not represent IESE’s opinion on the matter.

“Cadernos IESE” can be downloaded in electronic format, free of charge, from IESE’s website www.iese.ac.mz.

A cobertura da China na
imprensa moçambicana:
Repercussões para o *soft power* chinês

Sérgio Chichava, Lara Côrtes & Aslak Orre

Cadernos IESE Nº16/2015

Novembro, 2015

Título: A cobertura da China na imprensa moçambicana: Repercussões para o *soft power* chinês

Autores: Sérgio Chichava, Lara Côrtes e Aslak Orre

Copyright © IESE, 2015

Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE)

Av. Tomas Nduda 1375

Maputo, Moçambique

Telefone: + 258 21 486043

Email: iese@iese.ac.mz

Website: www.iese.ac.mz

É proibida a reprodução, total ou parcial, desta publicação para fins comerciais.

Composição e imagem: COMPRESS.dsl

Impressão e Acabamentos: Digital Print Solutions, Cape Town

Número de exemplares: 300

ISBN 978-989-8464-28-6

Número de Registo: 8566/RLINLD/2015

Palavras-chave: China, Moçambique, *soft power*, imprensa, imagem

Resumo

Este artigo analisa como a imprensa moçambicana cobre a presença da China em Moçambique.

Argumentamos que certas atitudes por parte de cidadãos e empresas chineses e até do próprio Estado chinês em Moçambique põem em causa a imagem deste país asiático em África, restando seus esforços em impor o seu “*soft power*” ou poder de influência neste continente.

Para esse efeito, estudámos os conteúdos dos artigos sobre a China publicados em três jornais moçambicanos de Novembro de 2012 a Junho de 2014: o *Domingo*, um jornal público semanal, conhecido por ser bastante próximo da Frelimo, o partido no poder; *A Verdade* e *O País*, dois jornais diários independentes.

Índice

Introdução	1
1. A China em África	3
2. A cooperação Moçambique-China nos media e nas telecomunicações	5
3. De que forma é a China representada na imprensa moçambicana?	7
4. O interesse privado acima do interesse público: o caso da exploração ilegal de madeira	19
5. Conclusões	23
Referências	25
Outras publicações do IESE	28

Introdução

Este artigo analisa a China e como a imprensa moçambicana cobre a presença da China em Moçambique, um dos países africanos onde a sua presença tem crescido de forma mais significativa na última década. O artigo tem três partes. A primeira sintetiza o envolvimento chinês nos sectores dos media e das telecomunicações em África em geral e em Moçambique em particular. A segunda parte apresenta a forma como os media moçambicanos fazem a cobertura da China. Argumentamos aqui que “há atitudes por parte de cidadãos e empresas chineses, e até do próprio Estado chinês em Moçambique, que estão a pôr em causa os esforços para ‘ganhar os corações e as mentes dos africanos’, parafraseando Li & Rønning (2013) – com evidentes repercussões para o potencial “*soft power*” chinês. Partindo desta perspectiva, a terceira parte recorre ao estudo de caso das opiniões dos media moçambicanos sobre a exploração ilegal de madeira para revelar como as alianças entre empresas chinesas e moçambicanas ligadas à elite política local contribuem para prejudicar a imagem da China e da população chinesa em Moçambique.

Para esse efeito, estudámos os conteúdos dos artigos sobre a China publicados em três jornais moçambicanos de Novembro de 2012 a Junho de 2014: o *Domingo*, um jornal público semanal, conhecido por ser bastante próximo da Frelimo, o partido no poder; *A Verdade* e *O País*, dois jornais diários independentes. Os autores escolheram estes jornais e esta janela temporal tendo em conta a maior ou menor disponibilidade dos seus artigos na internet. Vale a pena ressaltar que, embora dois dos jornais tenham estado disponíveis antes do início do período escolhido, este não é o caso com o *Domingo*, que apareceu *online* apenas em Novembro de 2012. Neste momento, o *Domingo*, *O País* e *A Verdade* são os únicos jornais em Moçambique com *websites* que funcionam razoavelmente.¹

1 Inicialmente pretendíamos incluir, também, na nossa análise o jornal *Notícias*, visto ser o jornal impresso diário com maior distribuição no país. Infelizmente, tal revelou ser impossível, uma vez que o seu *website* sofreu recentemente problemas técnicos graves, o que causou a perda ou a indisponibilidade de acesso aos seus números anteriores. Há outros jornais relevantes, mas os seus *websites* também não funcionam convenientemente. Este é o caso, por exemplo, do *Savana*, um jornal independente.

1. A China em África

A relação económica entre a China e o continente africano tem-se fortalecido substancialmente na última década, especialmente após o primeiro Fórum de Cooperação China-África (FOCAC), que teve lugar em 2000. Esta relação tem atraído, no entanto, críticas e cepticismo, em particular de países ocidentais. De acordo com os críticos da relação económica sino-africana, a China é uma potência “neo-colonial” ou “neo-imperialista” porque explora os recursos naturais em África, frequentemente sem beneficiar de forma significativa os interesses nacionais ou locais africanos. Nesta perspectiva, a relação entre a China e as nações africanas não é “genuína”, já que favorece predominantemente os interesses chineses, e não os dos seus parceiros africanos. Os críticos apontam, ainda, para o facto da China extrair vantagens económicas das matérias-primas africanas com a cumplicidade de uma elite política local anti-democrática e corrupta, cujo envolvimento facilita práticas políticas questionáveis. Para contrariar estas críticas, principalmente da parte de países ocidentais, a China lançou uma ofensiva de diplomacia pública, inspirada em Joseph Nye (2004) e nos debates sobre “soft power”,² iniciando uma cooperação com os países africanos nos sectores dos media e das telecomunicações. Os líderes africanos têm acolhido esta cooperação, não só porque a China apoia o desenvolvimento dos países africanos, mas também porque prometeu utilizar esta relação com os media para promover uma imagem melhor de África por todo o mundo. A cooperação no sector dos media foi um dos oito princípios da política de cooperação chinesa com África anunciada durante o primeiro FOCAC. O FOCAC formalizou este princípio entre 2011 e 2012 através da organização da primeira Conferência China-África sobre Media, em Nairobi, e do primeiro Fórum China-África sobre Media, em Agosto de 2012 em Pequim. Estas conferências delinearão os passos principais da cooperação neste sector. O facto do FOCAC ter organizado um evento semelhante em Agosto de 2013, apenas um ano após a primeira conferência, constitui mais uma evidência da importância da cooperação dos media no seio da relação África-China.

As decisões do FOCAC incentivaram o lançamento de novas empresas que ilustram esta cooperação sino-africana: o *Xinhua Mobile Newspaper* em parceria com a *Huawei*; a *Safaricom*, a empresa de telecomunicações queniana que iniciou aquele que foi alegadamente o primeiro jornal para telemóvel da África sub-sahariana; a abertura do canal africano China Central Television (CCTV) em Nairobi; a inauguração do *ChinAfrica Media and Publishing (Pty) Ltd.* em Pretória – uma nova sede editorial do *Beijing Review*, por sua vez uma subsidiária do *China International Publishing Group* (CIPG). O CIPG publica o *ChinAfrica*, uma revista mensal de assuntos da actualidade dirigida ao público africano

2 Para um melhor entendimento do debate sobre o “soft power” chinês, ver, por exemplo, Li, S. & Rønning, H. (2013). De acordo com estes autores, as discussões sobre o “soft power” da China “remontam aos retrocessos no processo de democratização chinês em 1989”. Ver também Rønning H. (2014).

em inglês e em francês. A empresa lançou igualmente, em Nairobi, uma edição africana semanal do *China Daily*, o mais importante jornal chinês em língua inglesa. Vale a pena salientar também o aumento do número de delegações da *Xinhua News Agency* em África de 18 para 25 em 2013, assim como a criação do primeiro instituto de investigação sobre os media africanos – o Centro Africano de Investigação em Comunicação (*Africa Communication Research Center*) na Universidade de Comunicação da China. O objectivo deste instituto é ser “uma plataforma académica de excelência para a investigação sobre e a cooperação entre os media chineses e africanos” (Xinrui 2013), sendo, por isso, um dos exemplos mais representativos do envolvimento chinês no cenário mediático africano. Aos media africanos e chineses é-lhes pedido que apresentem uma relação positiva entre a China e África ou, como afirma Liu Guangyuan, o embaixador chinês no Quênia, que “contem a história verdadeira da China e África” (Guangyuan 2013). A relação sino-africana é, assim, redefinida através da cooperação de agências de notícias.

Além de apresentarem África ao resto do mundo de forma positiva, os media chineses também difundem a cultura chinesa ao continente africano. Estes transmitem, por exemplo, várias séries de televisão chinesas – algumas em línguas locais africanas, tais como “*Mao Doudou and Her Sweet Days*”; “*Father’s Wishes*” e “*Mother’s Glorious Days*”. A exposição dos africanos à cultura chinesa é ainda reforçada através da introdução de uma série de outras medidas como: a criação de Institutos *Confucius*, a concessão de bolsas para estudantes africanos estudarem na China, a formação de jornalistas africanos na China e o início de programas de intercâmbio cultural.

Além do objectivo de construir uma “nova imagem” da China em África e legitimar a “sinceridade” e a “autenticidade” do seu envolvimento no continente, a cooperação mediática China-África constitui uma oportunidade de negócio. As empresas chinesas estão a trabalhar com vários governos africanos na infra-estrutura das telecomunicações, assistência técnica e transição da transmissão analógica para a digital. O grupo privado de media chinês *Startimes*, que desde 2012 recebeu mil milhões de yuan (163 milhões de dólares norte-americanos) em empréstimos do *Eximbank* para expandir a sua presença em África, tem actividades em 23 países africanos, com o objectivo de chegar a 30 até 2019 (China Daily 2014). Além do negócio da rádio e da transição para a TV digital, a *Startimes* também fornece uma rede de TV digital e programas de televisão em muitos países africanos (China Daily 2014). A *Huawei* e *Zhong Xing Telecommunication Equipment* (ZTE) são as outras duas maiores empresas chinesas de telecomunicações que participam activamente em África. Estão igualmente envolvidas na transição para a transmissão digital, assim como no fornecimento de equipamento e assistentes técnicos a empresas locais de telefone. A expansão da influência destas empresas de media reflecte bem o objectivo da cooperação “China-África” de não só apresentar o continente numa perspectiva positiva, mas também de abrir os mercados africanos aos interesses económicos chineses.

2. A cooperação Moçambique-China nos media e nas telecomunicações

O mais recente acordo de cooperação entre a China e Moçambique no sector dos media remonta a 2011, quando a delegação chinesa visitou Moçambique e foram assinados vários acordos sobre a rádio, o cinema, a televisão e a criação do Instituto *Confucius* (Macauhub 2011).

Na sequência destes acordos, o Instituto *Confucius* foi criado em Outubro de 2012 na Universidade Eduardo Mondlane em Maputo. Foram também assinados vários outros acordos com os media locais (públicos e privados), cujo conteúdo era essencialmente facilitar um intercâmbio de difusão de programas e a formação de jornalistas moçambicanos.

Um destes acordos foi assinado em 2012 entre o maior canal público televisivo em Moçambique, a Televisão de Moçambique (TVM), e a Teledifusão de Macau (TDM), prevendo que os programas de ambas as instituições seriam apresentados nos dois países e transmitidos pelos respectivos canais de TV. O acordo estipula igualmente que a TDM introduzirá programas da CCTV em Moçambique para serem transmitidos pela TVM. Determina, ainda, que a TDM legendará programas da CCTV e da TVM para português e chinês, respectivamente. Em Fevereiro de 2014, a TDM assinou outro acordo com a *Agência de Informação de Moçambique* (AIM), a agência de notícias pública. Este acordo tem as mesmas características que aquele assinado entre a TVM e a TDM, permitindo a introdução de programas da TDM e da CCTV em Moçambique através da AIM, assim como a introdução de programas da AIM em Macau e na China através da TDM. O acordo contempla ainda a formação de jornalistas moçambicanos na China (Lusa 2014).

Os media chineses também cooperam com os media moçambicanos independentes. O acordo de 2014 entre a CCTV e o grupo moçambicano Soico – que diz essencialmente respeito ao intercâmbio de programas – é, até agora, o primeiro caso e foi descrito pel' *O País*, o jornal detido pelo Grupo Soico, como uma forma do “Grupo Soico levar Moçambique até à China” (O País 2014).

As empresas de telecomunicações *Huawei* e *ZTE* estão também muito activas em Moçambique, trabalhando com instituições governamentais assim como com grupos privados. Estas empresas trabalham com o governo moçambicano desde 2006 para criar e operacionalizar o e-governo (GovNet). O acordo entre o governo moçambicano e as duas empresas contempla que a *ZTE* apoiará técnica e financeiramente Moçambique na implementação do GovNet, enquanto que a *Huawei* fornecerá equipamento e serviços. Nesta área, os exemplos mais expressivos são a construção do Centro Nacional de Dados

de Moçambique (CND) ou do Parque de Ciência e Tecnologia de Maluana (Província de Maputo), avaliado em 25 milhões de dólares norte-americanos e inaugurado em Julho de 2014 (INTIC 2010; INTIC 2012).

A *Huawei* e a ZTE fornecem igualmente assistência técnica às empresas locais de telemóveis Mcel e Vodacom, assim como à empresa pública de telefones, Telecomunicações de Moçambique, que é o único operador de rede fixa no país. A título de exemplo, foi a *Huawei* que construiu a Rede Fixa Inteligente para a Telecomunicações de Moçambique. Em 2010, esta última também recebeu um empréstimo de 21.4 milhões de dólares norte-americanos do *Eximbank* chinês para expandir os serviços de rede fixa aos restantes 42 distritos moçambicanos (Chichava 2014).

Em 2011, a Vodacom entrou num projecto com a *Huawei* para modernizar as suas redes 2G e 3G, dobrar a capacidade da sua rede e estendê-la ao resto do país (Macauhub 2011). Por outro lado, a Mcel, que também trabalha com a *Huawei*, assinou um contrato em 2013 com a ZTE, que contemplava a adopção da *ZTE Soft* como o seu fornecedor para a gestão de campanhas multi-canal (Junzhong 2014).

A China tem igualmente apoiado Moçambique na sua transição da transmissão analógica para a digital desde 2011. Esta operação é levada a cabo pela empresa chinesa *Startimes* num consórcio conjunto com a moçambicana Focus 21, e prevê-se que esteja concluída ainda em 2015. Importa salientar que a *Startimes* tem, também, um canal televisivo digital e uma TV móvel. De acordo com o semanal *Domingo*, em 2014, estimava-se que o número de clientes da *Startimes* atingia os 90 000. A parceria entre a *Startimes* e a Focus 21 tem, porém, suscitado fortes críticas, uma que vez que esta última está associada à família do anterior presidente moçambicano, Armando Guebuza, e o processo de atribuição da digitalização foi realizado sem concurso público (Mapote 2014, Nhamirre 2014). As vozes mais críticas têm surgido da imprensa privada e da sociedade civil. Em resposta às críticas, o governo alegou que não tinha havido concurso público porque a transição da transmissão analógica para a digital é apoiada por financiamento bilateral, na forma de empréstimo do *Eximbank* chinês, que exigiu que o processo de digitalização fosse entregue a uma empresa chinesa (AIM 2014, A Verdade 2014).

Este tipo de condicionalismos tem levado parte da elite política moçambicana ligada à Frelimo, tal como a antiga primeira-ministra Luísa Diogo, a afirmar que Moçambique precisa de ser cauteloso com a China. De acordo com Diogo, mesmo que a China não seja como os “doadores tradicionais”, que impõem condições à forma como Moçambique deve conduzir as suas políticas ou os seus assuntos internos para que lhe seja concedida ajuda, esta impõe certas condições em matéria de ajuda ao desenvolvimento: “a China quer que Moçambique dê garantias, tais como os seus recursos naturais” (Chichava 2014:28). Para Diogo, isto significa que, mesmo reconhecendo a importância “estratégica” da China, Moçambique não deve negligenciar os seus parceiros “tradicionais” (Ibid.).

3. De que forma a China é representada na imprensa moçambicana?

Tendo em consideração as muitas áreas da vida social e política em que a China ou a população e empresas chinesas têm aumentado a sua presença em Moçambique, como vimos em cima, de que forma a China é representada na imprensa moçambicana? Para responder a esta questão, analisámos um caso usando 242 artigos publicados de Novembro de 2012 a Junho de 2014 em três jornais em Moçambique, que oferecem os seus artigos *online*, nomeadamente o *Domingo*, *O País* e *A Verdade*.³ Vale a pena salientar a especialmente baixa circulação de jornais em Moçambique. *O País* é o jornal com a mais elevada circulação, cerca de 30 000 cópias diariamente, embora praticamente não venda fora da capital, Maputo. O *Domingo* excede por pouco as 10 000 cópias e o jornal gratuito *A Verdade* alega circular cerca de 50 000 cópias. Não obstante a rádio e a televisão serem formas de comunicação em massa que alcançam milhões em vez de dezenas de milhar de leitores, muitos têm enfatizado que os jornais têm um papel desproporcional na formação de opinião, dado que o seu jornalismo e enquadramento é passado para os outros meios de comunicação.

Uma breve análise dos jornais seleccionados dar-nos-á um melhor entendimento dos nossos resultados. O *Domingo* tem uma edição semanal e é genericamente considerado um jornal pró-governo. É detido pela *Sociedade Notícias SARL*, uma sociedade anónima; os seus maiores accionistas são o Estado ou empresas públicas, tais como o Banco de Moçambique (o banco central) e a EMOSE (a seguradora estatal/pública). Por outro lado, *O País* é um jornal privado criado por Daniel David, líder do Grupo Soico e antigo alto funcionário da TVM, o maior canal público e próximo do partido no poder, a Frelimo. David é também o antigo vice-presidente da *African Union Broadcasting (AUB)*. O jornal *O País* começou inicialmente com uma edição semanal em 2005, mas tornou-se diário a partir de 2008. É considerado pela restante imprensa privada moçambicana, assim como por outros sectores da sociedade civil, como independente do governo. Além do jornal *O País*, o Grupo Soico detém uma televisão e estações de rádio (Chichava & Pohlmann 2010).

Tal como *O País*, *A Verdade* é um jornal privado e o primeiro e único jornal distribuído gratuitamente em Moçambique. Foi fundado por Eric Charas, um jovem empreendedor moçambicano descrito pelo Fórum Económico Mundial (s.d.) como “o director executivo da Charas Lda., uma empresa do sector privado moçambicano que investe e dinamiza o crescimento em Moçambique, com investimentos na construção, imobiliário, transportes,

3 De acordo com dados de 2013, Moçambique tem uma população total de 25,83 milhões de pessoas e 5.4% destes têm acesso à internet (The World DataBank 2013). De acordo com dados de 2008, a taxa de iliteracia em Moçambique é de 49,7 (Relatório sobre os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio de 2010, Ministério da Planificação e Desenvolvimento 2010).

media, telecomunicações e extracção mineira". *A Verdade* é também o único jornal que é imprimido fora do país (na África do Sul). Charas, uma das vozes mais críticas das práticas corruptas da elite da Frelimo, afirma que criou um jornal gratuito não para servir os seus próprios interesses económicos ou financeiros, mas para manter os moçambicanos informados, num país onde a população não tem dinheiro para comprar jornais. De acordo com Charas, *A Verdade* é essencialmente apoiada pela publicidade, mas é expectável que o jornal defenda os seus próprios interesses privados.

Uma vez que o jornal *Domingo* não tem artigos disponíveis *online* antes de Novembro de 2012, é essa a data de início do período seleccionado para a nossa análise. Ao utilizar a palavra *China* nos nossos critérios de pesquisa, identificámos um total de 242 artigos relevantes⁴: 33 no jornal *Domingo*, 74 no jornal *O País* e 135 no jornal *A Verdade*. Usámos o programa informático *NVivo 10* para o processamento dos dados recolhidos. Os artigos foram inicialmente classificados de acordo com dois critérios:

- a) o tom ou o viés do jornalista/jornal (negativo, positivo ou neutro); e
- b) o tópico (agricultura, recursos naturais, etc.).

Estamos cientes de que as conclusões retiradas de avaliações quantitativas de notícias têm as suas limitações naturais. Este é, no entanto, um instrumento que pode revelar *tendências* mais gerais, que estudos de caso e análises puramente qualitativas poderiam omitir. Assim, tendo em conta esta limitação, parece-nos que a nossa abordagem oferece um instrumento parcial, mas útil, para entendermos a imagem da China na imprensa moçambicana.

3.1 Classificação de notícias sobre a China de acordo com o tom/viés

Para esta classificação, analisámos o tom ou o viés com que o jornalista/jornal enquadrou o artigo que aborda ou menciona a palavra China. As referências à China ou ao povo chinês, às suas empresas ou actividades foram classificadas como: positivas, se eram *essencialmente* positivas em termos de tom ou enquadradas/contextualizadas numa notícia ou história positiva; negativas, se o tom ou circunstância eram *essencialmente* negativos ou críticos; e neutras, se não tinham *essencialmente* nenhum tom óbvio, e eram simplesmente factuais, imparciais ou desinteressadas. A referência ao *tom* é importante, já que esta categoria representa uma tentativa de reflectir a forma como o jornalista ou o jornal enquadrou a notícia, e não o que nós (investigadores) possamos pensar da matéria em questão.

Logo, a avaliação subjectiva dos investigadores não incide sobre os ângulos intrinsecamente políticos ou éticos da história, mas sobre a forma como o artigo onde se encontra o termo de pesquisa se manifesta em termos de tom ou atitude. Tentámos, nesse sentido, ser sensíveis

4 A única categoria de artigos excluída foi a de desporto: um total de 24 artigos; em todos eles, a China era referida apenas de forma ocasional.

a questões de enquadramento. Nos media ou política de massas existe sempre uma escolha sobre como enquadrar os factos disponíveis em cada edição. O enquadramento é um sinal mais ou menos subtil para o leitor ou a audiência da forma como a matéria deve ser considerada ou interpretada, como decidir quais os argumentos e factos relevantes e como a matéria em questão se relaciona com outros tópicos. O enquadramento tem, portanto, uma função decisiva no encorajamento de certas interpretações e o desencorajamento de outras. O enquadramento é frequentemente utilizado para fins políticos, apresentando factos de tal forma que implique um problema em busca de solução. Membros de partidos políticos tentam enquadrar temas de forma a favorecer as suas próprias tendências, escolhas e soluções políticas (Daphne 2014). O mesmo argumento pode ser utilizado para outros definidores de agenda, como os media, sejam independentes ou representando interesses particulares.

Os nossos dados revelam que 37% dos artigos sobre a China têm um tom neutro e que há mais artigos com um tom negativo (33%) do que com um tom positivo (30%). Todavia, é de salientar que existe uma variação no tom entre os jornais seleccionados. A Tabela 1 em baixo ilustra esta variação. A coluna com a percentagem indica a incidência de artigos com um tom positivo, negativo e neutro em relação ao número total de artigos seleccionados em cada jornal.

Tabela 1: Tom/viés por jornal

Tom	Domingo		O País		A Verdade		Total	
	No	%	No	%	No	%	No	%
Neutro	20	61	30	40,5	40	30	90	37
Negativo	1	3	14	19	65	48	80	33
Positivo	12	36	30	40,5	30	22	72	30
Total	33	100	74	100	135	100	242	100

A Tabela 1 revela uma grande variação no tom quando consideramos cada um dos jornais analisados. Existe uma variação considerável entre eles, especialmente no número de artigos com um tom negativo e positivo. O tom positivo é predominante tanto no *Domingo* como no *O País*. Enquanto que o *Domingo* teve apenas um único artigo com um tom negativo, *O País* teve o dobro dos artigos com um tom positivo relativamente à China do que com um tom negativo. Por outro lado, quase metade dos artigos de *A Verdade* têm um tom negativo.

Relembrando a pequena síntese dos jornais seleccionados, verificamos que o jornal pró-governo *Domingo* contém apenas um único artigo com um tom/viés negativo contra a China. Isto pode reflectir o interesse do governo moçambicano em preservar uma imagem positiva da China, e em evitar uma cobertura “desagradável” nos meios de comunicação de massas críticos de um parceiro importante. O único artigo crítico do jornal *Domingo* (publicado a 21 de Abril de 2013) afirma que o Ministério da Ciência e Tecnologia está

insatisfeito com o desempenho do Centro de Investigação e Transferência de Tecnologia Agrária de Umbeluzi (CITTAU), um centro financiado pelo governo chinês. De acordo com o ministro, o problema é o facto desta entidade se ter concentrado em produtos chineses, quando as recomendações do Ministério em 2012 sublinhavam a importância de se concentrar em produtos de origem nacional, uma vez que é menos dispendioso e mais exequível para a população trabalhar com produtos locais.

Em contrapartida, *A Verdade*, um jornal criado por alguém descrito como uma das vozes mais críticas do governo da Frelimo, tem igualmente a visão mais crítica sobre a China. Concluindo, parece existir uma clara correlação entre as posições gerais dos jornais sobre o governo da Frelimo e a forma como enquadram o material sobre a China.

3.2 Sobre a China, de acordo com a secção do jornal

A nossa intenção agora é apresentar o número de artigos em cada secção, e indicar se estes foram classificados como negativos, positivos ou neutros. Na nossa classificação, usámos os mesmos títulos dados por cada um dos jornais seleccionados. A Tabela 2 em baixo dá-nos duas informações importantes: (i) em que secções a China é mencionada mais frequentemente; e (ii) em que secções encontramos os artigos sobre a China com o tom/viés mais neutro, negativo ou positivo.

Tabela 2. Tom/viés por secção de jornal

Secção	Negativo	Positivo	Neutro	Total
Economia	11	33	28	72
Internacional	19	9	20	48
Política ⁵	10	8	12	30
Nacional	7	3	4	14
Opinião	6	1	4	11
Ambiente	5	2	3	10
Sociedade	3	2	4	9
Cultura	1	1	3	5
Outras secções	18	12	13	43
Total	80	72	90	242

A grande maioria de artigos sobre a China é publicada nas secções *Economia* e *Internacional*. Só estas duas secções representam quase metade dos artigos publicados durante o período

5 Para o jornal *A Verdade*, considerámos a secção *Democracia* como *Política*, uma vez que este jornal não tem uma secção com este título exacto.

em análise. A China é também frequentemente mencionada nas seguintes secções: *Política, Nacional, Opinião, Ambiente e Sociedade*.⁶

O tom positivo em artigos da secção *Economia* é bastante mais frequente do que o tom negativo. Há três vezes mais artigos positivos do que negativos. Por outro lado, os artigos nas secções *Internacional, Nacional, Opinião e Ambiente* são claramente mais negativos do que positivos. É também importante salientar que todas as secções têm um número expressivo de artigos com um tom neutro sobre a China, sendo este o tom mais predominante nas secções *Internacional, Política, Sociedade e Cultura*.

Depreendemos daqui que, nos media moçambicanos, a China é positivamente associada à economia. O enquadramento crítico ou negativo é bastante mais comum, embora não unicamente negativo, nas secções de política e de material nacional e internacional. Este facto parece confirmar os pressupostos generalizados de que a China vive da sua economia. Em termos do potencial dos recursos do “*soft power*” chinês, estes dados parecem sugerir que o país tem mais a ganhar com a sua imagem de uma “*economia forte*” do que com qualquer outra. Estes resultados fragmentados exigem ainda um olhar mais aprofundado sobre os tópicos e temas que suscitem um enquadramento positivo, neutro ou negativo na nossa selecção de jornais moçambicanos.

3.3 Sobre a China, tópicos e temas

Passamos, então, à classificação dos artigos de acordo com os tópicos ou temas que abordam. Reconhecemos que existem artigos que se referem a mais de um tópico, mas aqui considerámos apenas o tópico dominante em relação à China. Seguindo esta indicação e com base nos critérios fornecidos no item 3.1 em cima, apresentamos os artigos para cada tópico de acordo com a sua classificação como negativo, positivo ou neutro, e destacamos os temas mais frequentes.

A Tabela 3 apresenta os tópicos mais frequentes na imprensa moçambicana que envolvem a China. A maior parte dos tópicos está agrupada em duas categorias principais: *Em Moçambique* e *Na China ou internacionalmente*. O tópico *Outros assuntos* contém artigos com conteúdos diferentes que não podiam ser organizados sob os tópicos anteriores, e não eram específicos ou relevantes o suficiente para justificarem a criação de novos tópicos. O tópico *Ocasional* contém artigos que apenas mencionam a China de passagem ou casualmente, de modo geral no conjunto de outros países e sem nenhum enfoque ou tópico relevante associado à China em particular.

6 A categoria *Outras secções* inclui secções que apareceram apenas num dos jornais seleccionados e/ou secções com poucos artigos relacionados. Por essas razões, decidimos juntá-los num só grupo.

Tabela 3: Tópicos sobre a China

Tópico					%	
Em Moçambique	<i>Comércio, indústria e finanças</i>			40	117	48
	<i>Infra-estrutura</i>			30		
	<i>Recursos naturais</i>	Floresta	11	21		
		Animais	4			
		Gás natural	4			
		Carvão	2			
	<i>Agricultura</i>			11		
	<i>Relações bilaterais Moçambique-China</i>			9		
	<i>Qualidade dos produtos chineses</i>			5		
<i>Assuntos laborais</i>			1			
Na China ou internacionalmente	<i>Assuntos internos</i>			40	79	33
	<i>Assuntos internacionais</i>	China e Ásia	13	39		
		China e África	12			
		China e o Ocidente	8			
		BRICS	4			
		ONU	2			
Outros assuntos				24	10	
Ocasional				22	9	
Total				242	100	

A tabela exhibe claramente a importância especial de tópicos como *Comércio, Indústria e Finanças, Infra-estrutura e Recursos naturais*. O elevado número de artigos sobre *Comércio, Indústria e Finanças* era expectável. O tópico *Assuntos internos* na China também é de destacar.

Os resultados da Tabela 3 tornam-se mais interessantes quando consideramos a classificação dos artigos como negativos, positivos ou neutros. Permite-nos avaliar quais os tópicos que contribuem mais para uma boa ou má imagem da China em Moçambique (assumindo que os artigos positivos contribuem para uma *boa imagem da China*).

3.3.1 Resultados gerais da análise deste caso: tópicos organizados por tom/viés

O nosso objectivo para esta parte é apresentar os artigos sobre a China de acordo com o tom/viés com que foram escritos (negativo, positivo e neutro) e fornecer os tópicos que contribuem de forma mais vincada para uma boa ou má imagem da China em Moçambique. Este passo dar-nos-á uma ideia mais clara do que tem sido referido sobre a China na imprensa moçambicana. De forma a facilitar a comparação entre as três diferentes tabelas, usaremos a mesma estrutura que na Tabela 3.

Mesmo quando os artigos neutros são mais numerosos do que os negativos ou os positivos, decidimos apresentá-los no final. A razão para o nosso menor interesse nestes artigos é o

facto de serem os artigos positivos e negativos os que mais claramente contribuem para a identificação e o entendimento dos assuntos críticos, sensíveis e controversos relacionados com a imagem da China nos media moçambicanos.

3.3.1.1 Reportagem negativa: uma descrição

Tal como vimos na Tabela 1, de entre os 242 artigos seleccionados, 80 exibem um tom negativo sobre a China. A tabela em baixo revela uma distribuição igual de artigos negativos relacionados com a China nas categorias *Em Moçambique* e *Na China ou internacionalmente*.

Tabela 4: Reportagem negativa

Tópico					%	
Em Moçambique	<i>Comércio, indústria e finanças</i>		3	40	50	
	<i>Infra-estrutura</i>		13			
	<i>Recursos naturais</i>	<i>Floresta</i>	10			14
		<i>Animais</i>	4			
		<i>Gás natural</i>	0			
		<i>Carvão</i>	0			
	<i>Agricultura</i>		3			
	<i>Relações bilaterais Moçambique-China</i>		1			
	<i>Qualidade dos produtos chineses</i>		5			
<i>Assuntos laborais</i>		1				
Na China ou internacionalmente	<i>Assuntos internos</i>		30	40	50	
	<i>Assuntos internacionais</i>	<i>China e Ásia</i>	3			10
		<i>China e África</i>	3			
		<i>China e o Ocidente</i>	3			
		<i>BRICS</i>	0			
		<i>ONU</i>	1			
<i>Outros assuntos</i>			0	0		
<i>Ocasional</i>			0	0		
Total			80	100		

Na categoria *Em Moçambique*, o maior problema está associado aos recursos naturais, onde a *Floresta* é o tópico mais predominante. Todos os artigos sobre a *Floresta* estão relacionados com a exportação de madeira de Moçambique para a China, e quase todos são explícitos na sua utilização de termos tais como *ilegal*, *contrabando* e *tráfico*. Por ser tão proeminente – e, para conhecedores de Moçambique, um habitual tema de discórdia – incluímos um estudo de caso sobre a exploração ilegal de madeira no item 4, para ilustrar a forma como o envolvimento chinês na extracção dos recursos naturais de Moçambique tem sido reflectido de forma crítica nos media moçambicanos.

Em *Infra-estrutura*, o segundo tópico mais frequente, o tema predominante é o das alegações de corrupção, especialmente em relação ao processo de transição da transmissão analógica para a digital. Dentro de *Infra-estrutura*, o segundo tema mais frequente é o da violação dos direitos das comunidades locais em Moçambique por parte de empresas chinesas.

Na categoria *Em China ou internacionalmente*, o tópico *Assuntos internos* é o mais problemático. A maior parte dos artigos aborda a violência estatal contra os protestos na China, as más condições de vida da população chinesa, a “gripe aviária” e a ausência de liberdade política, de liberdade de imprensa e censura.

A maior parte dos artigos com um tom negativo sobre a China foram publicados no jornal *A Verdade* (mais de 80%), seguido pel’ *O País* (17%). Tal como já foi mencionado na tabela 1, apenas um artigo com um tom negativo sobre a China foi publicado no jornal *Domingo* (1%).

3.3.1.2. Reportagem positiva: uma descrição

Como vimos na Tabela 1, de entre os 242 artigos seleccionados, 72 exibem um tom positivo sobre a China. A tabela em baixo revela que os artigos positivos sobre a China são bem mais frequentes na categoria *Em Moçambique*, do que na categoria *Na China ou internacional*.

Tal como podemos ver pela Tabela 5, a cobertura positiva é fortemente centrada no papel da China enquanto parceiro económico em Moçambique. Dois outros tópicos da maior importância são *Infra-estrutura* e *Relações Bilaterais Moçambique-China*. Este último tem artigos que empregam palavras como *amizade* e *relações de cooperação*.

Na categoria *Na China ou internacionalmente*, o tópico mais frequente é *China e África*, onde os artigos se centram no papel da China enquanto parceiro económico ou na infra-estrutura, aqui em relação a outros países em África. *Assuntos internos* é o segundo tópico mais frequente nesta categoria, e metade dos artigos são sobre o compromisso da China em lutar contra a poluição. Os demais artigos positivos são sobre a política monetária chinesa, o seu plano anti-corrupção, e medidas económicas de luta contra a pobreza.

Tabela 5: Reportagem positiva

Tópico					%	
Em Moçambique	<i>Comércio, indústria e finanças</i>			25	53	74
	<i>Infra-estrutura</i>			14		
	<i>Recursos naturais</i>	Floresta	1	3		
		Animais	0			
		Gás natural	0			
		Carvão	2			
	<i>Agricultura</i>			4		
	<i>Relações bilaterais Moçambique-China</i>			7		
	<i>Qualidade dos produtos chineses</i>			0		
<i>Assuntos laborais</i>			0			
Na China ou internacionalmente	<i>Assuntos internos</i>			6	19	26
	<i>Assuntos internacionais</i>	China e Ásia	1	13		
		China e África	8			
		China e o Ocidente	3			
		BRICS	1			
		ONU	0			
Outros assuntos				0	0	
Ocasional				0	0	
Total				72	100	

3.3.1.3. Reportagem neutra: uma descrição

Tal como já vimos na Tabela 1, de entre os 242 artigos seleccionados, 90 exibem um tom neutro sobre a China. Todos os artigos nos tópicos *Outros assuntos* e *Ocasional* foram classificados como neutros.

A Tabela 6 revela que apenas um pequeno número de artigos na categoria *Em Moçambique* é neutro. Isto parece sugerir que os jornais moçambicanos tendem a ter uma opinião em tópicos directamente relacionados com o país. Provavelmente por essa mesma razão, a maior parte dos artigos desta categoria tem um tom negativo ou positivo sobre a China. É também interessante assinalar que não há artigos neutros nos temas mais sensíveis para a imagem da China nos media moçambicanos: *Floresta* em *Recursos naturais*. Na categoria *Na China ou internacionalmente* os artigos neutros são tão frequentes quanto os positivos.

Tabela 6: Reportagem neutra

Tópico					%	
Em Moçambique	<i>Comércio, indústria e finanças</i>		12	24	27	
	<i>Infra-estrutura</i>		3			
	<i>Recursos naturais</i>	Floresta	0			4
		Animais	0			
		Gás natural	4			
		Carvão	0			
	<i>Agricultura</i>		4			
	<i>Relações bilaterais Moçambique-China</i>		1			
<i>Qualidade dos produtos chineses</i>		0				
<i>Assuntos laborais</i>		0				
Na China ou internacionalmente	<i>Assuntos internos</i>		4	20	21	
	<i>Assuntos internacionais</i>	China e Ásia	9			16
		China e África	3			
		China e o Ocidente	2			
		BRICS	1			
		ONU	1			
Outros assuntos			24	27		
Ocasional			22	24		
Total			90	100		

3.3.1.4. “Soft power” e cobertura: algumas interpretações

Resumindo, na categoria *Em Moçambique*, há bastante mais artigos positivos sobre *Comércio, Indústria e Finanças* (63%) do que negativos (8%). Por outro lado, os artigos positivos e negativos sobre *Infra-estrutura* são equivalentes em termos de números. Sobre *Recursos Naturais*, identificámos um elevado número de artigos com um tom negativo sobre a China (67%) e destes quase todos publicados pelo jornal crítico *A Verdade*. Se considerarmos que a média dos artigos com um tom negativo sobre a China é de um em três, podemos concluir que este tópico é o mais sensível. Há apenas três artigos com um tom positivo sobre a China em *Recursos Naturais* (14%), e foram publicados por dois dos jornais (*Domingo* e *O País*). Na categoria *Na China ou internacionalmente*, 75% dos artigos em *Assuntos internos* foram classificados como negativos e apenas 15% como positivos.

Assumindo, por uma questão de simplificação, que a cobertura negativa actua contra as ambições do “soft power” da China, é bastante interessante que praticamente metade dos artigos negativos abordem tópicos *Na China*, em vez de *Em Moçambique*. Esta mesma tendência é confirmada pelos resultados em baixo, na reportagem positiva e neutra, onde poucos artigos abordam assuntos positivos *Na China*. Parece que os jornalistas moçambicanos estão sobretudo preocupados em escrever sobre assuntos negativos *Na China*, tanto quanto a escrever negativamente sobre a China, o povo chinês ou as suas actividades realizadas *em Moçambique*. De facto, a presença chinesa em Moçambique

manifesta-se concretamente em locais e contextos familiares para os jornalistas que observam e os interpretam localmente, enquanto que o que escrevem sobre os assuntos internos chineses é necessariamente filtrado pelos media internacionais. Esta constatação revela seguramente um certo “problema de imagem”, já que os jornalistas entendem ser relevante enfatizar tanto o que há de negativo na China, quanto o que a China faz de “errado” em Moçambique. Isto pode ser simplesmente uma questão de preconceito individual do jornalista ou, em alternativa, um sintoma do “défice de ‘soft power’” da China.

Do ponto de vista do que é mais favorável à imagem da China, são as operações deste país em Moçambique – que estão mais próximas dos jornalistas – que produzem reportagens positivas, e não o que os jornalistas recriam sobre a China e que não experienciaram eles mesmos, excepto através dos media internacionais. A cobertura positiva centra-se no papel da China enquanto parceiro económico de Moçambique ou nas relações bilaterais em geral. Também aqui, o que mais favorece a China é a sua capacidade para financiar o desenvolvimento de Moçambique, e a construção da sua infra-estrutura. A este respeito, não difere muito da forma como a China é entendida num outro estudo sobre a cobertura da imprensa angolana sobre a China (Orre 2014). Efectivamente, a extracção dos recursos naturais *não* está incluída no que é positivo sobre a China.

4. O interesse privado acima do interesse público: o caso da exploração ilegal de madeira

O crescimento dos investimentos chineses tem sido associado a interações de negócio suspeitas com a elite política da Frelimo. Estas suspeitas têm manchado a imagem destas parcerias aos olhos dos consumidores dos media africanos. Para os críticos, a sinceridade destas parcerias é duvidosa. O caso da exploração ilegal de madeira é o tema mais controverso que tem sido destacado nos media moçambicanos, prejudicando a imagem da China e dos chineses, não obstante os seus esforços para mudar a percepção dos africanos e do resto do mundo em relação à “autenticidade” do seu envolvimento em África. Como já foi mencionado, a exploração ilegal de madeira constitui 13% das reportagens negativas sobre a China na imprensa moçambicana durante o período coberto pela nossa investigação, e é o tema mais negativo sobre este país durante aquele intervalo de tempo.

Dado que a indústria madeireira não exige elevados custos de investimento nem tecnologia de ponta – e na ausência de recursos petrolíferos tais como os de Angola ou da Nigéria – esta indústria tornou-se, num período de tempo muito curto, na maior exportação de Moçambique para a China. De facto, em 2006, a madeira representou mais de 90% das exportações moçambicanas para a China. Numa lista liderada pelo Gabão, Moçambique ocupava o sexto lugar de entre os dez maiores exportadores de madeira para a China. Dentro da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (em inglês, *Southern Africa Development Community* – SADC), apenas a Suazilândia ultrapassou Moçambique na exportação de madeira para a China (Canby et al. 2008). Em 2009, a madeira continuava a ser o produto de maior exportação para a China.⁷

Além do envolvimento de empreendedores chineses, a exploração ilegal de madeira também envolve empresários moçambicanos, a maior parte dos quais mantém fortes ligações com o actual partido no poder, a Frelimo. A ligação entre os empresários chineses e os empresários locais e funcionários do governo tem suscitado grande controvérsia dentro da sociedade moçambicana. De facto, as organizações da sociedade civil (OSC) moçambicanas afirmam que os recursos de madeira têm sido, e continuam a ser, explorados ilegalmente por empreendedores chineses. Em 2006, um relatório encomendado pelo Fórum das Organizações Não-Governamentais da Zambézia (FONGZA), intitulado “*Takeaway chinês*”⁸, e especialmente dedicado à província da Zambézia (uma das regiões do país mais ricas em recursos florestais), questionou os benefícios que antigos líderes da Frelimo retiravam da indústria madeireira. Acusaram, entre outros, o antigo presidente de Moçambique,

7 Entre 2013 e o primeiro trimestre de 2014, Moçambique foi considerado pela China como o seu maior fornecedor de madeira em termos do valor das importações, de entre os países africanos. Para mais detalhes, ver EIA 2014.

8 Um jogo de palavras com a prática de comida para levar para casa.

Joaquim Chissano, e o antigo governador da Zambézia, o já falecido Bonifácio Gruveta, de conivência com os chineses na desflorestação da Zambézia para benefício financeiro pessoal (Mackenzie 2006). A controvérsia sobre a indústria de exploração de madeira em Moçambique ameaça não só a relação cultural e de negócio sino-moçambicana, como a percepção dos cidadãos moçambicanos dos seus antigos e actuais líderes políticos.

Outro relatório de 2008, preparado por três OSC moçambicanas, o Movimento Amigos da Floresta (MAF), a Organização Rural para Ajuda Mútua (ORAM) e a Justiça Ambiental (JA), afirmava que não existia mais madeira para explorar na Zambézia. As OSC acusaram, ainda, políticos ligados à Frelimo de venderem as suas licenças a estrangeiros e de se beneficiarem deste esquema. Estas situações levaram alguns moçambicanos a escrever publicamente ao então Presidente Armando Guebuza – ele próprio aludido como tendo interesses no negócio da madeira – pedindo a sua intervenção. Durante a visita de Hu Jintao, o antigo presidente da China, a Maputo em Fevereiro de 2007, algumas vozes das OSC, assim como vários académicos, tiraram partido do momento para denunciar o estado da indústria da madeira. Dois dos críticos mais notórios nesta altura incluíam Marcelo Mosse, do Centro de Integridade Pública (CIP), e o sociólogo Carlos Serra, que dirigiram cartas abertas ao então Presidente Armando Guebuza. O primeiro, além de criticar o processo obscuro de enriquecimento ilícito da elite política moçambicana em parceria com várias empresas chinesas, afirmou que a cooperação com a China era bem-vinda se fosse realizada de forma transparente e beneficiasse as populações dos dois países, mas não se representasse uma simples reedição da situação colonial (Mosse 2007). O segundo pediu a constituição imediata de uma comissão de inquérito para verificar o que está de facto a acontecer às florestas moçambicanas (Serra 2007a). Estas críticas revelam o dano causado pela indústria da madeira à imagem da China nos círculos académicos moçambicanos.

A imprensa independente expandiu estas críticas suscitadas por Mosse e Serra, que realçavam a corrupção ao nível individual, e questionaram a validade destas parcerias. Além disso, reagiram às críticas dos empresários contra a imprensa. Um jornalista do semanário *Savana* afirmava:

“Moçambique deve cooperar com todos os países do mundo, desde que isso traga benefícios para os seus planos de desenvolvimento. Mas os moçambicanos têm o direito de manifestar a sua indignação quando os seus recursos naturais são explorados de forma tão desenfreada, e é errado considerar que assim o façam porque se deixam ‘passivamente alimentar pelo centro...’, subentende-se o Ocidente, como se os moçambicanos não tivessem capacidade de ver e avaliar o que se passa à sua volta. As constantes referências à China têm muito a ver com a recorrência de incidentes envolvendo cidadãos daquele país. No caso específico da madeira, é um facto que a China é o seu principal destino. São cidadãos daquele país, em colaboração com parceiros internos, que têm estado envolvidos em práticas menos apropriadas de exploração florestal. Teremos que omitir este facto apenas por uma questão de expediente político? Os actos têm actores, e estes actores devem ser conhecidos, independentemente do seu país de origem. Isto não pode ser interpretado como fazendo parte de uma agenda cínica para diabolizar os chineses” (Savana 2011).

Não obstante todas estas críticas e queixas, a situação em matéria de relações públicas não revela nenhum sinal de melhoria, de acordo com um relatório publicado em 2013 pela Agência Internacional do Ambiente (em inglês, EIA). O relatório acusou o antigo Ministro da Agricultura, Tomás Mandlate, e o seu sucessor, José Pacheco (actual Ministro da Agricultura e Segurança Alimentar), de serem as principais figuras do tráfico de madeira, em convivência com empresas chinesas (EIA 2013). Algumas OSC, partidos políticos da oposição e alguns doadores, como a Finlândia, que apoia o orçamento de Estado moçambicano, exigiram uma investigação dos ministros mencionados no relatório da EIA. Contudo, o Gabinete Central de Combate à Corrupção (GCCC) de Moçambique concluiu que os ministros não estavam envolvidos no contrabando da madeira. Um outro relatório da mesma organização, publicado em Junho de 2014, afirmava terem ocorrido poucas mudanças desde o primeiro relatório (EIA 2014). Só para se ter uma ideia, a Frelimo foi acusada pelo Centro de Integridade Pública – que para sustentar a sua acusação apresentou provas de transferência bancária à empresas chinesas – de ter-se beneficiado da venda de madeira ilegal a empresas chinesas com vista a financiar a sua campanha eleitoral em 2014 (Mabunda 2014).

Se a fraqueza do Estado moçambicano é um dos factores que podem explicar a situação – uma vez que o Estado tem poucos meios para controlar a exploração ilegal de madeira – a falta de “vontade política” é outro: este negócio envolve altos funcionários estatais e membros da Frelimo. Além do envolvimento da elite política, o contrabando de madeira envolve igualmente escalões mais baixos do funcionalismo público, a polícia e os serviços aduaneiros. Tem havido várias denúncias contra autoridades políticas moçambicanas por serem cúmplices e/ou se beneficiarem das práticas abusivas da indústria chinesa de madeira, que desrespeitam a legislação da região (por exemplo, no caso da exportação de madeira não transformada). Têm sido igualmente acusadas de envolvimento no abate de árvores para além dos limites estabelecidos pela lei – não criando nenhuma mais-valia para o país, mas apenas para um pequeno grupo privilegiado. A situação de corte ilegal da madeira já está a ser alvo de aproveitamento político pela oposição, com o presidente da Renamo a prometer cancelar as licenças das empresas chinesas e proibi-las de cortar madeira nas regiões norte e centro do país, regiões em que este partido tem a maioria de adeptos e que considera estarem a ser exploradas pela Frelimo para beneficiar a região Sul, onde este partido concentra a maior parte dos seus apoiantes. De acordo com Afonso Dhlakama, ao invés de se envolverem no corte de madeira, os chineses deviam se envolver noutras actividades mais produtivas, como a agricultura por exemplo (Miramar 2015). Se, tal como afirma Nye (2004), “para obter influência política, económica e cultural através de mecanismos diplomáticos é mais difícil e requer mais tempo do que usando poder coercivo”, a exploração ilegal de madeira e as “parcerias” não-transparentes com as elites políticas moçambicanas prejudicam ainda mais a imagem da China em Moçambique, ao sugerir que esta se preocupa apenas com os seus próprios interesses, e não com os dos seus parceiros africanos.

5. Conclusões

Este artigo começou por uma breve apresentação das etapas importantes da entrada massiva das empresas chinesas nos sectores dos media e telecomunicações em África, que, para além das oportunidades comerciais, parece ter sido, também, um desenvolvimento planeado pelos estrategas políticos chineses. Estas empresas podem servir potencialmente como instrumentos para a construção de uma imagem que promova o tão pretendido “*soft power*” da China.

De seguida, identificámos genericamente o envolvimento da China em Moçambique, traçando a forma como os avanços gerais da China no sector dos media e das telecomunicações em África teve as suas repercussões em Moçambique. Explorámos igualmente a forma como a China procurou expandir o seu “*soft power*” através de uma presença institucional cultural nova em Moçambique – embora esses esforços não tenham deixado praticamente qualquer marca nos jornais. A entrada chinesa nos sectores dos media e das telecomunicações tem uma clara orientação tecnológica, mas há, também, esforços consideráveis para tentar a distribuição de conteúdos, apesar de, neste campo, os obstáculos linguísticos serem mais impeditivos em Moçambique do que nos países africanos de expressão inglesa. Outra característica deve ser destacada: num caso específico de transferência tecnológica, os “chineses” (ainda que injustamente tratados como um bloco) foram associados a negócios de corrupção de larga escala envolvendo a anterior família presidencial em Moçambique.

A nossa análise da representação da China na imprensa moçambicana destaca algumas tendências. Em primeiro lugar, o jornal pró-governo e pró-partido-estado, o *Domingo*, tinha apenas um único artigo com um tom negativo ou crítico contra a China, e era também o mais positivo em termos de tom. O jornal mais “neutro”, o *País*, tinha alguns, embora poucos, artigos críticos ou negativos envolvendo a China ou os chineses. No jornal *A Verdade*, caracterizado por um jornalismo frequentemente crítico e especialmente crítico do governo, metade dos artigos eram negativos. Resumindo, a nossa selecção confirma a expectativa de que os jornais críticos ao governo são, também, os mais críticos relativamente aos chineses. Há várias interpretações possíveis, mas uma questão relevante para os promotores do “*soft power*” chinês é o facto da sua forte associação com uma elite partidária africana – que poderá não permanecer no poder por muito mais tempo – ter um impacto negativo na sua imagem. Nas secções seguintes, vimos uma forte associação entre cobertura crítica ou negativa da China e temas genericamente desejáveis como “democracia”, assim como temas negativos como a fraca qualidade de produtos, abusos de direitos humanos, corrupção e, talvez de forma mais evidente, a pilhagem de recursos naturais.

Por outro lado, a reportagem positiva enfatiza as oportunidades económicas proporcionadas pelo envolvimento chinês em África. É, por isso, justo considerar que,

enquanto instrumentos para ganhar corações e mentes ou enquanto “táticas do *soft power*”, os músculos económicos da China são os seus recursos mais promissores.

O exemplo apresentado no item 4 pode ser entendido como ilustrativo de várias das tendências que conduzem a reportagens negativas ou críticas: o envolvimento com uma elite nacional corrupta; o desprezo pelas normas legais locais, o ambiente e os direitos humanos; e os produtos de qualidade inferior do mercado.

Este estudo confirma algumas opiniões generalizadas de analistas e observadores em Moçambique, e fornece pistas e sugestões para os que procuram melhorar a imagem da China ou promover o seu “*soft power*”. Onde representantes de nações doadoras ocidentais, tão predominantes no cenário político moçambicano, tentam activamente moldar a elite da Frelimo à sua imagem, os políticos chineses, por sua vez, sublinham que cooperam – e fazem negócios – com essa elite independentemente do que possam pensar em privado sobre as suas virtudes e conduta. Esta pode até ser uma estratégia diplomática bem sucedida a curto prazo. Todavia, as conclusões descritas em cima sugerem que, a longo prazo, esta associação próxima – diplomática, comercial e nas mentes do povo – entre a China e a elite moçambicana pode tornar-se num obstáculo, nomeadamente no que diz respeito ao “*soft power*” chinês. Se a cobertura dos jornais moçambicanos sobre a China serve de referência, os promotores do “*soft power*” chinês precisam de reflectir sobre como tirar vantagem da sua imagem positiva (enquanto “financiador”) e sobre o que pode potencialmente ser positivo, mas ainda não deixou grande marca nos media moçambicanos, como a cultura e a língua chinesas. Do mesmo modo, precisam de reflectir sobre como minimizar o que parece afectar mais negativamente a sua imagem: a extracção ilícita de recursos e a corrupção em Moçambique, assim como a governação autoritária na China.

Referências

- A Verdade. 2014. Titular das Comunicações afirma que migração digital é um negócio transparente com a China, 8 de Abril. <http://www.verdade.co.mz/destaques/democracia/45378-ministro-das-comunicacoes-esclarece-negocio-da-migracao-digital-com-a-china> (Acedido a 18 de Agosto de 2014).
- A Verdade. 2012. @Verdade: o jornal que os jovens africanos querem conhecer. <http://www.verdade.co.mz/destaques/democracia/32903-verdade-o-jornal-que-os-jovens-africanos-querem-conhecer> (Acedido a 8 de Outubro de 2014).
- AIM. (2014). *Governo esclarece processo de concessão*, 5 de Abril. <http://noticias.sapo.mz/aim/artigo/10101716042014001937.html> (Acedido a 18 de Agosto de 2014).
- Canby *et al.* 2008. "Forest products trade between China & Africa. An analysis of imports and exports". *Forest Trends*. <http://www.forest-trends.org/documents/publications/ChinaAfricaTrade.pdf>. (Acedido a 22 de Março de 2011).
- Chichava, S. 2014. "Assessing Chinese investment", in Chris Alden & Sérgio Chichava (eds), *China and Mozambique. From comrades to capitalists*, Jacana, Johannesburg, 24–37.
- Chichava, S., Pohlmann, J. 2010. "Breve análise da imprensa Moçambicana", *Desafios para Moçambique 2010*, IESE, Maputo, 127–138.
- China Daily. 2014. "StarTimes sees huge growth in Africa", 20 de Junho, *China.org.cn*. http://www.china.org.cn/business/2014-06/20/content_32723064.htm (Acedido a 31 de Agosto de 2014).
- EIA. 2013. *First Class Connections: Log Smuggling, Illegal Logging and Corruption in Mozambique*. <http://eia-international.org/first-class-connections>. (Acedido a 8 de Agosto de 2014).
- EIA. 2014. *First Class Crisis: China's Criminal and Unsustainable Intervention in Mozambique's Miombo Forests*. <http://eia-international.org/wp-content/uploads/First-Class-Crisis-English-FINAL.pdf> (Acedido a 8 de Agosto de 2014).
- Guangyuan, L. 2013. "Time Africa, China told own story", *The Herald*, 21 de Novembro. <http://www.herald.co.zw/time-africa-china-told-own-story/> (Acedido a 18 de Agosto de 2014).
- Junzhong, S. 2014. ZSmart MCCM Leads mCel Marketing Campaigns into a New Era. http://www.zte.com.cn/endata/magazine/zte technologies/2014/no1/articles/201401/t20140124_417194.html (Acedido a 20 de Agosto de 2014).
- Li, S., e Rønning, H. 2013. Winning hearts and minds: Chinese Soft Power Foreign Policy in Africa, *CMI Brief*, 12 (3) (Setembro).
- Lusa. 2014. *Teledifusão de Macau assinou protocolo de cooperação com agência noticiosa de Moçambique*. <http://noticias.sapo.ao/lusa/artigo/17339304.html> (Acedido a 2 de Setembro de 2014).
- Mabunda, L. 2014. "Partido Frelimo financia-se com dinheiro de contrabando de madeira na Zambézia", *CIP Newsletter*, 11/2014. http://www.cip.org.mz/cipdoc%5C329_CIP-a_transparencia_11.pdf (Acedido a 31 de Julho de 2015).

- Macauhub. 2011. *Vodacom Moçambique hires Chinese group Huawei to modernise 2G and 3G networks*, 18 de Novembro. <http://www.macauhub.com.mo/en/2011/11/18/vodacom-mocambique-hires-chinese-group-huawei-to-modernise-2g-and-3g-networks/> (Acedido a 20 de Agosto de 2014).
- Mackenzie, C. 2006. *Forest governance in Zambézia, Mozambique. Chinese Take away. Final report for FONGZA.*
- Mapote, W. 2014. "PGR não encontra ilegalidade na adjudicação do projecto à Startimes", *O País*. <http://opais.sapo.mz/index.php/politica/63-politica/29346-pgr-nao-encontra-ilegalidade-na-adjudicacao-do-projecto-a-startimes.html> (Acedido a 18 de Agosto de 2014).
- Ministério da Planificação & Desenvolvimento. 2010. "Relatório sobre os Objectivos do Desenvolvimento do Milénio de 2010", Maputo, Mozambique. <file:///C:/Users/User/Downloads/ODMs%20VF%20PDF.pdf>. (Acedido a 28 de Agosto de 2014).
- Miramar 2015. "Dhlakama proíbe corte de madeira", 7 de Julho. <http://www.miramar.co.mz/Noticias/Dhlakama-proibe-corte-de-madeira> (Acedido a 26 de Julho de 2015)
- Mosse, M. 2007. "Carta Aberta a Hu Jintao", *Canal de Moçambique*, Maputo (7 de Fevereiro).
- Nye, J. 2004. *Soft Power. The Means to Success in World Politics*. New York: Public Affairs.
- Nhamirre, B. 2014. "A consumação do alerta do CIP. Migração Digital entregue à Empresa da Família Presidencial", *CIP Newsletter*, 2, CIP, Maputo (Abril).
- O País. 2010. *Governo quer construir edifício para Conselho de Ministros*, 17 de Julho <http://opais.sapo.mz/index.php/component/content/article/63-politica/7031-governo-quer-construir-edificio-para-conselho-de-ministros.html?tmpl=component&print=1&page=> (Acedido a 18 de Agosto de 2014).
- O País. 2012. *StarTimes lança serviço de televisão digital móvel*. <http://opais.sapo.mz/index.php/economia/38-economia/18170-startimes-lanca-servico-de-televisao-digital-movel.html> (Acedido a 18 de Agosto de 2014).
- O País. 2012. *China reconhece fraca qualidade de produtos que exporta para o mundo*. <http://opais.sapo.mz/index.php/economia/38-economia/23360-china-reconhece-fraca-qualidade-de-produtos-que-exporta-para-o-mundo.html> (Acedido a 28 de Agosto de 2014).
- O País. 2014. *Grupo Soico leva Moçambique à China através de acordo de partilha de conteúdo*, 16 de Junho. <http://opais.sapo.mz/index.php/sociedade/45-sociedade/29843-grupo-soico-leva-mocambique-a-china-atraves-de-acordo-de-partilha-de-conteudos-.html> (Acedido a 20 de Agosto de 2014).
- Orre, A. 2014. "Any tracy of soft power? A review of Angolan newspapers portrayal of China", *Paper presented at The Voice of China in Africa Conference*, Maputo (19–20 de Fevereiro).
- Rønning H. 2014. *How much "soft power" does China have in Africa?*. Paper presented at the international conference *China and Africa Media, Communications and Public Diplomacy*. Pequim, Setembro de 2014. <http://www.cmi.no/file/2916-.pdf>
- Savana. 2011. *Quem tem medo da China?* 26 de Agosto. http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2011/08/quem-tem-medo-da-china.html (Acedido a 10 de Agosto de 2014).

- Serra, C. 2007. "Carta para o Senhor Presidente da República, Armando Emílio Guebuza", 30 de Janeiro. <http://oficinadesociologia.blogspot.com/2007/01/carta-para-o-senhor-presidente-da.html> (Acedido a 5 de Outubro de 2009).
- The World Data Bank 2013. "World Development Indicators". <<http://data.worldbank.org/country/mozambique>>,<<http://data.worldbank.org/indicator/IT.NET.USER.P2>>(Acedido a 28 de Agosto de 2014).
- World Economic Forum s.d.. *Eric Charas*. <http://www.weforum.org/contributors/erik-charas> (Acedido a 8 de Outubro de 2014).
- Xinrui, S. 2013. "China opens its first African media research institute". <http://www.chinaafricaproject.com/201301/chinas-first-institute-for-african-media-research-established-at-the-communication-university-of-china/> (Acedido a 31 de Agosto de 2014).

Outras publicações do IESE

Livros

Questions on productive development in Mozambique. (2015)

Carlos Nuno Castel-Branco, Nelsa Massingue e Carlos Muianga (editors)

IESE: Maputo

Questões sobre desenvolvimento produtivo em Moçambique. (2015)

Carlos Nuno Castel-Branco, Nelsa Massingue e Carlos Muianga (organizadores)

IESE: Maputo

Desafios para Moçambique 2015. (2015)

Luís de Brito, Carlos Nuno Castel-Branco, Sérgio Chichava, António Francisco e Salvador Forquilha (organizadores)

IESE: Maputo

Desafios para Moçambique 2014. (2014)

Luís de Brito, Carlos Nuno Castel-Branco, Sérgio Chichava, António Francisco e Salvador Forquilha (organizadores)

IESE: Maputo

<http://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/des2014/IESE-Desafios2014.pdf>

Desafios para Moçambique 2013. (2013)

Luís de Brito, Carlos Nuno Castel-Branco, Sérgio Chichava, António Francisco e Salvador Forquilha (organizadores)

IESE: Maputo

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/des2013/IESE_Des2013.pdf

Moçambique: Descentralizar o Centralismo? Economia Política, Recursos e Resultados. (2012)

B. Weimer (organizador)

IESE: Maputo

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/Descent/IESE_Decimalizacao.pdf

A Mamba e o Dragão: Relações Moçambique-China em Perspectiva. (2012)

Sérgio Chichava e C. Alden (organizador)

IESE: Maputo

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/MozChin/IESE_Mozam-China.pdf

Desafios para Moçambique 2012. (2012)

Luís de Brito, Carlos Nuno Castel-Branco, Sérgio Chichava e António Francisco (organizadores)

IESE: Maputo

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/des2012/IESE_Des2012.pdf

Desafios para Moçambique 2011. (2011)

Luís de Brito, Carlos Nuno Castel-Branco, Sérgio Chichava e António Francisco (organizadores)

IESE: Maputo

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/des2011/IESE_Des2011.pdf

Economia extractiva e desafios de industrialização em Moçambique – *comunicações apresentadas na II Conferência do Instituto de Estudos Sociais e Económicos*. (2010)

Luís de Brito, Carlos Nuno Castel-Branco, Sérgio Chichava e António Francisco (organizadores)

IESE: Maputo

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/economia/IESE_Economia.pdf

Protecção social: abordagens, desafios e experiências para Moçambique – *comunicações apresentadas na II Conferência do Instituto de Estudos Sociais e Económicos*. (2010)

Luís de Brito, Carlos Nuno Castel-Branco, Sérgio Chichava e António Francisco (organizadores)

IESE: Maputo

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/protecao/IESE_ProteccaoSocial.pdf

Pobreza, desigualdade e vulnerabilidade em Moçambique – *comunicações apresentadas na II Conferência do Instituto de Estudos Sociais e Económicos*. (2010)

Luís de Brito, Carlos Nuno Castel-Branco, Sérgio Chichava e António Francisco (organizadores)

IESE: Maputo.

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/pobreza/IESE_Pobreza.pdf

Desafios para Moçambique 2010. (2009)

Luís de Brito, Carlos Nuno Castel-Branco, Sérgio Chichava e António Francisco (organizadores)

IESE: Maputo

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/des2010/IESE_Des2010.pdf

Cidadania e Governação em Moçambique – *comunicações apresentadas na Conferência Inaugural do Instituto de Estudos Sociais e Económicos*. (2009)

Luís de Brito, Carlos Castel-Branco, Sérgio Chichava e António Francisco (organizadores)

IESE: Maputo

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/cidadania/IESE_Cidadania.pdf

Reflecting on economic questions – *papers presented at the inaugural conference of the Institute for Social and Economic Studies*. (2009)

Luís de Brito, Carlos Castel-Branco, Sérgio Chichava and António Francisco (editors)

IESE: Maputo

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/ref/IESE_QEcon.pdf

Southern Africa and Challenges for Mozambique – *papers presented at the inaugural conference of the Institute for Social and Economic Studies*. (2009)

Luís de Brito, Carlos Castel-Branco, Sérgio Chichava and António Francisco (editors)

IESE: Maputo

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/South/IESE_South.pdf

Cadernos IESE

(Artigos produzidos por investigadores permanentes e associados do IESE. Esta coleção substitui as séries “Working Papers” e “Discussion Papers”, que foram descontinuadas).

Cadernos IESE nº15: *Plágio em Cinco Universidades de Moçambique: Amplitude, Técnicas de Detecção e Medidas de Controlo* (2015)

Peter E. Coughlin

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/IESE_Cad15.pdf

Cadernos IESE nº 14P: *Revoltas da Fome: Protestos Populares em Moçambique (2008-2012)*. (2015)

Luís de Brito, Egídio Chaimite, Crescêncio Pereira, Lúcio Posse, Michael Sambo e Alex Shankland

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/IESE_Cad14.pdf

Cadernos IESE nº 13E: *Participatory Budgeting in a Competitive-Authoritarian Regime: A Case Study (Maputo, Mozambique)*. (2014)

William R. Nylen

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/IESE_Cad13_Eng.pdf

Cadernos IESE nº 13P: *O orçamento participativo num regime autoritário competitivo: um estudo de caso (Maputo, Moçambique)*. (2014)

William R. Nylen

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/IESE_Cad13_Port.pdf

Cadernos IESE nº 12E: *The Expansion of Sugar Production and the Well-Being of Agricultural Workers and Rural Communities in Xinavane and Magude*. (2013)

Bridget O’Laughlin e Yasfir Ibraimo

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/CadernosIESE_12e.pdf

Cadernos IESE nº 12P: *A Expansão da Produção de Açúcar e o Bem-Estar dos Trabalhadores Agrícolas e Comunidades Rurais em Xinavane e Magude*. (2013)

Bridget O’Laughlin e Yasfir Ibraimo

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/CadernosIESE_12p.pdf

Cadernos IESE nº 11: *Protecção Social no Contexto da Transição Demográfica Moçambicana*. (2011)

António Alberto da Silva Francisco

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/CadernosIESE_11_AFrancisco.pdf

Cadernos IESE nº 10: *Protecção Social Financeira e Demográfica em Moçambique: oportunidades e desafios para uma segurança humana digna*. (2011)

António Alberto da Silva Francisco, Rosimina Ali, Yasfir Ibraimo

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/CadernosIESE_10_AFRA.pdf

Cadernos IESE nº 9: *Can Donors 'Buy' Better Governance? The political economy of budget reforms in Mozambique*. (2011)

Paolo de Renzio

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/CadernosIESE_09_PRenzio.pdf

Cadernos IESE nº 8: *Desafios da Mobilização de Recursos Domésticos – Revisão crítica do debate*. (2011)

Carlos Nuno Castel-Branco

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/CadernosIESE_08_CNCB.pdf

Cadernos IESE nº 7: *Dependência de Ajuda Externa, Acumulação e Ownership*. (2011)

Carlos Nuno Castel-Branco

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/CadernosIESE_07_CNCB.pdf

Cadernos IESE nº 6: *Enquadramento Demográfico da Protecção Social em Moçambique*. (2011)

António Francisco

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/CadernosIESE_06_AF.pdf

Cadernos IESE nº 5: *Estender a Cobertura da Protecção Social num Contexto de Alta Informalidade da Economia: necessário, desejável e possível?* (2011)

Nuno Cunha e Ian Orton

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/CadernosIESE_05_Nuno_Ian.pdf

Cadernos IESE nº 4: *Questions of health and inequality in Mozambique*. (2010)

Bridget O'Laughlin

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/CadernosIESE_04_Bridget.pdf

Cadernos IESE nº 3: *Pobreza, Riqueza e Dependência em Moçambique: a propósito do lançamento de três livros do IESE*. (2010)

Carlos Nuno Castel-Branco

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/CadernosIESE_03_CNCB.pdf

Cadernos IESE nº 2: *Movimento Democrático de Moçambique: uma nova força política na Democracia moçambicana?* (2010)

Sérgio Inácio Chichava

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/CadernosIESE_02_SC.pdf

Cadernos IESE nº 1: *Economia Extractiva e desafios de industrialização em Moçambique*. (2010)
Carlos Nuno Castel-Branco
http://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/CadernosIESE_01_CNCRB.pdf

Working Papers

(Artigos em processo de edição para publicação. Coleção descontinuada e substituída pela série "Cadernos IESE")

WP nº 1: *Aid Dependency and Development: a Question of Ownership? A Critical View*. (2008)
Carlos Nuno Castel-Branco
<http://www.iese.ac.mz/lib/publication/AidDevelopmentOwnership.pdf>

Discussion Papers

(Artigos em processo de desenvolvimento/debate. Coleção descontinuada e substituída pela série "Cadernos IESE")

DP nº 6: *Recursos naturais, meio ambiente e crescimento económico sustentável em Moçambique*. (2009)
Carlos Nuno Castel-Branco
http://www.iese.ac.mz/lib/publication/DP_2009/DP_06.pdf

DP nº 5: *Mozambique and China: from politics to business*. (2008)
Sérgio Inácio Chichava
http://www.iese.ac.mz/lib/publication/dp_2008/DP_05_MozambiqueChinaDPaper.pdf

DP nº 4: *Uma Nota sobre Voto, Abstenção e Fraude em Moçambique*. (2008)
Luís de Brito
http://www.iese.ac.mz/lib/publication/dp_2008/DP_04_Uma_Nota_Sobre_o_Voto_Abstencao_e_Fraude_em_Mocambique.pdf

DP nº 3: *Desafios do Desenvolvimento Rural em Moçambique*. (2008)
Carlos Nuno Castel-Branco
http://www.iese.ac.mz/lib/publication/dp_2008/DP_03_2008_Desafios_DesenvRural_Mocambique.pdf

DP nº 2: *Notas de Reflexão sobre a "Revolução Verde", contributo para um debate*. (2008)
Carlos Nuno Castel-Branco
http://www.iese.ac.mz/lib/publication/dp_2008/Discussion_Paper2_Revolucao_Verde.pdf

DP nº 1: *Por uma leitura sócio-histórica da etnicidade em Moçambique*. (2008)
Sérgio Inácio Chichava
http://www.iese.ac.mz/lib/publication/dp_2008/DP_01_ArtigoEtnicidade.pdf

Boletim IDEIAS

(Boletim que divulga resumos e conclusões de trabalhos de investigação)

Nº81: *Moçambique: Um dos Piores Países para os Idosos. Porquê?* (2015)

António Franciso & Gustavo Sugahara

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/IESE_Ideias81.pdf

Nº80: *Vulnerabilidade dos estratos urbanos pobres: caso da pobreza alimentar em Maputo.* (2015)

Oksana Mandlate

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/IESE_Ideias80.pdf

Nº77p: *Estratégias de Crescimento Económico e Desenvolvimento na CPLP.* (2015)

António Francisco

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/IESE_Ideias77p.pdf

Nº77e: *Economic and Development Strategies in the CPLP.* (2015)

António Francisco

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/IESE_Ideias77e.pdf

Nº76: *Dilemas das ligações produtivas entre empresas numa economia afunilada.* (2015)

Carlos Nuno Castel-Branco, Oksana Mandlate, Epifânia Langa

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/IESE_Ideias76.pdf

Nº75: *Padrões de investimento privado e tendências especulativas na economia moçambicana.* (2015)

Carlos Nuno Castel-Branco, Nelsa Massingue da Costa, Carlos Muianga

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/IESE_Ideias75.pdf

Nº74: *Acumulação Especulativa e Sistema Financeiro em Moçambique.* (2015)

Carlos Nuno Castel-Branco, Fernanda Massarongo

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/IESE_Ideias74.pdf

Nº 73: *Estado e a Capitalização do Capitalismo Doméstico em Moçambique.* (2015)

Carlos Nuno Castel-Branco

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/IESE_Ideias73.pdf

Nº 72: *Finança Islâmica: Quando Terá Moçambique um Sistema Financeiro Halal?* (2015)

António Francisco

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/IESE_Ideias72.pdf

Nº 71: *Dívida pública, acumulação de capital e a emergência de uma bolha económica.* (2015)

Carlos Nuno Castel-Branco, Fernanda Massarongo e Carlos Muianga

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/IESE_Ideias71.pdf

Nº 70: *Autonomização local para quê? Questões económicas no debate sobre autonomia local.* (2015)

Carlos Nuno Castel-Branco

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/IESE_Ideias70.pdf

Nº 69: *Por que é que a emissão de obrigações do Tesouro não é a melhor alternativa para financiar o reembolso do IVA às empresas?* (2015)

Fernanda Massarongo

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/IESE_Ideias69.pdf

Nº 68: *Consumo Agregado Moçambicano: Evolução e Relevância Estratégica.* (2015)

António Francisco e Moisés Siúta

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_68.pdf

Nº 67: *O Gigaprojecto que Poderá Transformar a Economia Moçambicana? Pró e Contra o Projecto de GNL Moçambique.* (2014)

António Francisco e Moisés Siúta

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_67.pdf

Nº 66P: *Reformas de descentralização e serviços públicos agrários em Moçambique: Porquê os desafios persistem?* (2014)

Salvador Forquilha

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_66p.pdf

Nº 66E: *Decentralisation reforms and agricultural public services in Mozambique: Why do the challenges persist?* (2014)

Salvador Forquilha

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_66e.pdf

Nº 65P: *Por Que Moçambique Ainda Não Possui Pensão Universal Para Idosos?* (2014)

António Francisco e Gustavo Sugahara

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_65p.pdf

Nº 65E: *Why Mozambique Still Does Not Have a Universal Pension For The Elderly?* (2014)

António Francisco e Gustavo Sugahara

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_65e.pdf

Nº 64P: *Poupança interna: Moçambique e os outros.* (2014)

António Francisco e Moisés Siúta

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_64p.pdf

Nº 64E: *Domestic savings: Mozambique and the others.* (2014)

António Francisco and Moisés Siúta

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_64e.pdf

Nº 63P: *Poupança interna moçambicana: 2000-2010, uma década inédita.* (2014)

António Francisco e Moisés Siúta

http://www.iese.ac.mz/lib/publication//outras/ideias/ideias_63p.pdf

Nº 63E: *Mozambican domestic savings: 2000-2010, an unprecedented decade.* (2014)

António Francisco and Moisés Siúta

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_63e.pdf

Nº 62: *Medias e campanhas eleitorais.* (2014)

Crescêncio Pereira

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_62.pdf

Nº 61: *Indignai-vos!* (2014)

Egidio Chaimite

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_61.pdf

Nº 60: *Ligações entre os grandes projectos de IDE e os fornecedores locais na agenda nacional de desenvolvimento.* (2014)

Oksana Mandlate

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_60.pdf

Nº 59: *A Política Macroeconómica e a Mobilização de Recursos para Financiamento do Investimento Privado em Moçambique.* (2014)

Fernanda Massarongo e Rogério Ossemane

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_59.pdf

Nº 58: *As “revoltas do pão” de 2008 e 2010 na imprensa.* (2013)

Crescêncio Pereira, Egidio Chaimite, Lucio Posse e Michael Sambo

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_58.pdf

Nº 57: *Cheias em Chókwè: um exemplo de vulnerabilidade.* (2013)

Crescêncio Pereira, Michael Sambo e Egidio Chaimite

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_57.pdf

Nº 56: *Haverá Possibilidade de Ligação Entre Grupos de Poupança e Crédito Cumulativo Informais e Instituições Financeiras Formais?* (2013)

Fernanda Massarongo, Nelsa Massingue, Rosimina Ali, Yasfir Ibraimo

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_56.pdf

Nº 55: *Ligações com mega projectos: oportunidades limitadas a determinados grupos.* (2013)

Epifania Langa

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_55.pdf

Nº 54P: *Viver mais para viver pior?* (2013)

Gustavo Sugahara, António Francisco, Peter Fisker

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_54e.pdf

Nº 54E: *Is living longer living better?* (2013)

Gustavo Sugahara, António Francisco, Peter Fisker

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_54p.pdf

Nº 53: *Fukushima, ProSAVANA e Ruth First: Análise de “Mitos por trás do ProSAVANA” de Natália Fingermann (3).* (2013)

Sayaka Funada-Classen

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_53.pdf

Nº 52: *Fukushima, ProSAVANA e Ruth First: Análise de “Mitos por trás do ProSAVANA” de Natália Fingermann (2).* (2013)

Sayaka Funada-Classen

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_52.pdf

Nº 51: *Fukushima, ProSAVANA e Ruth First: Análise de “Mitos por trás do ProSAVANA” de Natália Fingermann.* (2013)

Sayaka Funada-Classen

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_51.pdf

Nº 50: *Uma reflexão sobre o calendário e o recenseamento eleitoral para as eleições autárquicas de 2013.* (2013)

Domingos M. Do Rosário

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_50.pdf

Nº 49: *Os mitos por trás do PROSAVANA.* (2013)

Natália N. Fingermann

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_49.pdf

Nº 48P: *Sobre resultados eleitorais e dinâmica eleitoral em Sofala.* (2013)

Marc de Tollenaere

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_48p.pdf

Nº 48E: *Analysing elections results and electoral dynamics in Sofala.* (2013)

Marc de Tollenaere

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_48e.pdf

Nº 47: *Moçambique: Entre Estagnação e Crescimento.* (2012)

António Alberto da Silva Francisco

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_47.pdf

- Nº 46P: *Desafios da Duplicação da População Idosa em Moçambique*. (2012)
António Francisco & Gustavo Sugahara
http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_46p.pdf
- Nº 46E: *The Doubling Elderly: Challenges of Mozambique's Ageing Population*. (2012)
António Francisco & Gustavo Sugahara
http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_46e.pdf
- Nº 45: *Moçambique e a Explosão Demográfica”: Somos Muitos? Somos Poucos?* (2012)
António Alberto da Silva Francisco
http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_45.pdf
- Nº 44: *Taxas Directoras e Produção Doméstica*. (2012)
Sófia Armacy
http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_44.pdf
- Nº 43E: *MEITI – Analysis of the Legal Obstacles, Transparency of the Fiscal Regime and Full Accession to EITI*. (2012)
Rogério Ossemane
http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_43E.pdf
- Nº 43P: *ITIE—Análise dos Obstáculos legais, Transparência do Regime Fiscal e Completa Adesão à ITIE*. (2012)
Rogério Ossemane
http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_43p.pdf
- Nº 42E: *Analysis of the Reconciliation Exercise in the Second Report of EITI in Mozambique*. (2012)
Rogério Ossemane
http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_42e.pdf
- Nº 42P: *Análise ao Exercício de Reconciliação do Segundo Relatório da ITIE em Moçambique*. (2012)
Rogério Ossemane
http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_42p.pdf
- Nº 41: *Estado e Informalidade: Como Evitar a “Tragédia dos Comuns” em Maputo?* (2012)
António Francisco
http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_41.pdf
- Nº 40: *“Moçambique no Índice de Desenvolvimento Humano”: Comentários*. (2011)
Carlos Nuno Castel-Branco
http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_40.pdf
- Nº 39: *Investimento directo chinês em 2010 em Moçambique: impacto e tendências*. (2011)
Sérgio Inácio Chichava
http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_39.pdf

Nº 38: *Comissão Nacional de Eleições: uma reforma necessária.* (2011)

Luís de Brito

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_37.pdf

Nº 37P: *Envelhecimento Populacional em Moçambique: Ameaça ou Oportunidade?* (2011)

António Alberto da Silva Francisco, Gustavo T.L. Sugahara

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_37p.pdf

Nº 37E: *Population Ageing in Mozambique: Threat or Opportunity.* (2011)

António Alberto da Silva Francisco, Gustavo T.L. Sugahara

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_36e.pdf

Nº 36: *A Problemática da Protecção Social e da Epidemia do HIV-SIDA no Livro Desafios para Moçambique 2011.* (2011)

António Alberto da Silva Francisco, Rosimina Ali

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_36.pdf

Nº 35P: *Será que Crescimento Económico é Sempre Redutor da Pobreza? Reflexões sobre a experiência de Moçambique.* (2011)

Marc Wuyts

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_35P.pdf

Nº 35E: *Does Economic Growth always Reduce Poverty? Reflections on the Mozambican Experience.* (2011)

Marc Wuyts

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_35E.pdf

Nº 34: *Pauperização Rural em Moçambique na 1ª Década do Século XXI.* (2011)

António Francisco e Simão Muhorro

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_34.pdf

Nº 33: *Em que Fase da Transição Demográfica está Moçambique?* (2011)

António Francisco

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_33.pdf

Nº 32: *Protecção Social Financeira e Protecção Social Demográfica: Ter muitos filhos, principal forma de protecção social em Moçambique?* (2010)

António Francisco, Rosimina Ali e Yasfir Ibraimo

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_32.pdf

Nº 31: *Pobreza em Moçambique põe governo e seus parceiros entre a espada e a parede.* (2010)

António Francisco

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_31.pdf

Nº 30: *A dívida pública interna mobiliária em Moçambique: alternativa ao financiamento do défice orçamental?* (2010)

Fernanda Massarongo

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_30.pdf

Nº 29: *Reflexões sobre a relação entre infra-estruturas e desenvolvimento.* (2010)

Carlos Uilson Muianga

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_29.pdf

Nº 28: *Crescimento demográfico em Moçambique: passado, presente... que futuro?* (2010)

António Francisco

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_28.pdf

Nº 27: *Sociedade civil e monitoria do orçamento público.* (2009)

Paolo de Renzio

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_27.pdf

Nº 26: *A Relatividade da Pobreza Absoluta e Segurança Social em Moçambique.* (2009)

António Francisco

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_26.pdf

Nº 25: *Quão Fiável é a Análise de Sustentabilidade da Dívida Externa de Moçambique? Uma Análise Crítica dos Indicadores de Sustentabilidade da Dívida Externa de Moçambique.* (2009)

Rogério Ossemane

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_25.pdf

Nº 24: *Sociedade Civil em Moçambique e no Mundo.* (2009)

António Francisco

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_24.pdf

Nº 23: *Acumulação de Reservas Cambiais e Possíveis Custos derivados - Cenário em Moçambique.* (2009)

Sofia Amarcy

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_23.pdf

Nº 22: *Uma Análise Preliminar das Eleições de 2009.* (2009)

Luis de Brito

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_22.pdf

Nº 21: *Pequenos Provedores de Serviços e Remoção de Resíduos Sólidos em Maputo.* (2009)

Jeremy Grest

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_21.pdf

Nº 20: *Sobre a Transparência Eleitoral.* (2009)

Luis de Brito

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_20.pdf

Nº 19: *“O inimigo é o modelo”! Breve leitura do discurso político da Renamo.* (2009)

Sérgio Chichava

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_19.pdf

Nº 18: *Reflexões sobre Parcerias Público-Privadas no Financiamento de Governos Locais.* (2009)

Eduardo Jossias Nguenha

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_18.pdf

Nº 17: *Estratégias individuais de sobrevivência de mendigos na cidade de Maputo: Engenhosidade ou perpetuação da pobreza?* (2009)

Emílio Dava

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_17.pdf

Nº 16: *A Primeira Reforma Fiscal Autárquica em Moçambique.* (2009)

Eduardo Jossias Nguenha

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_16.pdf

Nº 15: *Protecção Social no Contexto da Bazarconomia de Moçambique.* (2009)

António Francisco

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_15.pdf

Nº 14: *A Terra, o Desenvolvimento Comunitário e os Projectos de Exploração Mineira.* (2009)

Virgílio Cambaza

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_14.pdf

Nº 13: *Moçambique: de uma economia de serviços a uma economia de renda.* (2009)

Luís de Brito

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_13.pdf

Nº 12: *Armando Guebuza e a pobreza em Moçambique.* (2009)

Sérgio Inácio Chichava

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_12.pdf

Nº 11: *Recursos Naturais, Meio Ambiente e Crescimento Sustentável.* (2009)

Carlos Nuno Castel-Branco

http://www.iese.ac.mz/lib/publication//outras/ideias/Ideias_11.pdf

Nº 10: *Indústrias de Recursos Naturais e Desenvolvimento: Alguns Comentários.* (2009)

Carlos Nuno Castel-Branco

http://www.iese.ac.mz/lib/publication//outras/ideias/Ideias_10.pdf

Nº 9: *Informação Estatística na Investigação: Contribuição da investigação e organizações de investigação para a produção estatística.* (2009)

Rosimina Ali, Rogério Ossemame e Nelsa Massingue

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_9.pdf

Nº 8: *Sobre os Votos Nulos*. (2009)

Luís de Brito

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_8.pdf

Nº 7: *Informação Estatística na Investigação: Qualidade e Metodologia*. (2008)

Nelsa Massingue, Rosimina Ali e Rogério Ossemane

http://www.iese.ac.mz/lib/publication//outras/ideias/Ideias_7.pdf

Nº 6: *Sem Surpresas: Abstenção Continua Maior Força Política na Reserva em Moçambique... Até Quando?* (2008)

António Francisco

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_6.pdf

Nº 5: *Beira - O fim da Renamo?* (2008)

Luís de Brito

http://www.iese.ac.mz/lib/publication//outras/ideias/Ideias_5.pdf

Nº 4: *Informação Estatística Oficial em Moçambique: O Acesso à Informação*. (2008)

Rogério Ossemane, Nelsa Massingue e Rosimina Ali

http://www.iese.ac.mz/lib/publication//outras/ideias/Ideias_4.pdf

Nº 3: *Orçamento Participativo: um instrumento da democracia participativa*. (2008)

Sérgio Inácio Chichava

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_3.pdf

Nº 2: *Uma Nota sobre o Recenseamento Eleitoral*. (2008)

Luís de Brito

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_2.pdf

Nº 1: *Conceptualização e Mapeamento da Pobreza*. (2008)

António Francisco e Rosimina Ali

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_1.pdf

Outras publicações

Envelhecer em Moçambique: Dinâmicas do Bem-Estar e da Pobreza. (2013)

António Francisco, Gustavo Sugahara e Peter Fisker

IESE: Maputo

http://www.iese.ac.mz/lib/IESE_DinPob.pdf

Growing old in Mozambique: Dynamics of well-being and Poverty. (2013)

António Francisco, Gustavo Sugahara e Peter Fisker

IESE: Maputo

http://www.iese.ac.mz/lib/IESE_DynPov.pdf

Governança em Moçambique: Recursos para Monitoria e Advocacia. (2012)

Projecto de Desenvolvimento de um Sistema de Documentação e de Partilha de Informação,
IESE

IESE: Maputo

Monitoria e Advocacia da Governança com base no Orçamento de Estado: Manual de Formação.
(2012)

Zaqueo Sande (Adaptação)

IESE: Maputo

Pequeno Guia de Inquérito por Questionário. (2012)

Luís de Brito

IESE: Maputo

IESE é uma organização moçambicana independente e sem fins lucrativos, que realiza e promove investigação científica interdisciplinar sobre problemáticas do desenvolvimento social e económico em Moçambique e na África Austral.

Tematicamente, a actividade científica do IESE contribui para a análise da política pública e social e da governação, com enfoque nas problemáticas de pobreza, política e planeamento público, cidadania, participação política, governação e contexto internacional do desenvolvimento em Moçambique.

